



# QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

O modo como as propriedades rurais estão dispersas pelo território e suas dimensões servem para ajudar a entender melhor as desigualdades que acontecem no campo.

No Brasil, a desigualdade da estrutura fundiária é uma questão chave, essa característica impacta diretamente a quantidade de postos de trabalho, o valor do rendimento e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. O predomínio de muitas terras sob o domínio de poucas pessoas é o que se chama de concentração fundiária.

Se por um lado existem os latifúndios com grandes extensões de terras que produzem e competem internacionalmente no comércio mundial, por outro existem propriedades rurais tão pequenas que quase não conseguem produzir o suficiente para a subsistência dos produtores, quase sempre grupos familiares de minifundiários. No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais.



Exemplo de um latifúndio

Um dos motivos do processo de concentração de terras para latifundiários no Brasil foi os baixos valores de lucratividade da produção (quando a produção é de baixa escala), as propriedades pequenas são (em sua grande maioria) de produção familiar e/ou de técnicas tradicionais de produção, em certos momentos, estas famílias podem precisar de empréstimos bancários para manter o seu funcionamento, e as vezes, por não conseguirem ser competitivas o suficiente, não conseguem pagar as dívidas bancárias e acabam tendo que vender sua propriedade.

Todas as questões agrárias do Brasil são resultado da concentração de terra entre poucas famílias e de anos de um processo histórico de expansão da agropecuária sobre



as áreas de vegetação nativa, ou dos povos indígenas.

O processo de concentração de terras vem desde o Brasil colônia, que dividia o território brasileiro em capitânicas hereditárias e sesmarias, na qual a Coroa portuguesa dividia e titulava as terras entre alguns membros da corte e estes por sua vez, distribuíam essas terras entre quem eles achassem conveniente aos seus interesses.

## O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Antes das terras brasileiras serem colonizadas pelos Portugueses, o Brasil era uma terra povoada por indígenas seminômades com sistemas de plantios e coletas muito diferente do sistema agrário que os europeus trouxeram, a terra não era propriedade, não existia um Estado para estabelecer o poder por meio de leis e documentos, a terra era de quem a usava e conseguia se manter como “dono”.

Com os avanços das navegações europeias, como a descoberta da rota marítima que levava para as terras do novo continente, também surgiram os acordos e tratados para divisão entre os países europeus sobre as terras dos outros continentes. Nesse momento surge o Tratado de Tordesilhas, a partir deste fica arranjado que parte do continente da América do Sul passa a pertencer à Portugal, e outra parte à Espanha.



Réplica de uma caravela portuguesa do século XV

A parte da América do Sul que pertence à Portugal passa a ser dividida em Capitânicas Hereditárias, como se fossem províncias onde há um grupo de administradores a serviço da Coroa portuguesa, os governantes das capitânicas passaram parcelas do solo para o nome de pessoas que fossem dar um proveito econômico para essas terras, e com isso, criando riqueza para a Coroa portuguesa, que seriam captados na cobrança de impostos.

Essa transferência de titularidade de parcela do solo era conhecida como “sesmaria” que perdurou até as vésperas da proclamação da independência (1822), normalmente acontecendo por doações sob a condição de cultivar essas terras a serviço de Portugal. As sesmarias eram praticamente a única forma de transferir o direito de usufruir da terra de forma legal.

Desde essa época já existiam os casos de posses de terrenos, indiferentes da terra já ser registrada em nome de algum sesmeiro. Desde então se vê no Brasil o conflito entre o que se está no papel e o que está na realidade (real X legal, posseiros X sesmeiros).

Em 1850, durante o Império do Brasil, foi criada a Lei de Terras que buscou regulamentar a questão fundiária, entre as alterações estão o fim das doações de terras, agora as terras poderiam ser compradas. Essa lei reconhecia o direito de usufruição dos antigos sesmeiros e possibilitava tornar as posses em propriedades, desde que acontecessem



de forma mansa e pacífica, a lei também estabelecia uma data limite para realizar a demarcação e a regularização das terras dos posseiros e antigos sesmeiros.

Mas se as terras agora seriam adquiridas por meio de compras em um cenário de Brasil colonial, onde boa parte dos habitantes eram povos indígenas que não utilizavam dinheiro, pessoas sequestradas e escravizadas vindas da África (impedidos por lei de terem o seu próprio dinheiro) e pequenos colonos descendentes de europeus que produziam para subsistência, então, a quem restava o poder de compra das terras do Império? Aos mesmos detentores das terras no período colonial e os seus herdeiros. A lei de Terras reforçou a política de concentração de propriedades fundiárias de forma institucionalizada.

Ainda existiam muitas terras sob o controle de poucas pessoas em latifúndios de plantations que utilizavam a mão de obra escrava, um dos principais objetivos da Lei de Terras foi eliminar as chances de que uma futura lei de abolição da escravatura pudesse fazer com que as terras ficassem sob os domínios de futuros ex-escravos ou de novos imigrantes europeus.

A Lei de Terras mudava a percepção que se tinha sobre a propriedade do solo, fazendo entender a terra não só como um meio de produção agrícola para a subsistência mas também como mercadoria ou meio de produção comercial.

O território nacional era ocupado e explorado de acordo com os processos de desenvolvimento dos Ciclos Econômicos do Brasil (Pau-brasil, Cana-de-açúcar, Ouro, Café, Algodão e Borracha), mas o clima do sul do Brasil não era propício ou convidativo para ampliação da agricultura nacional, contudo, a criação de bovinos e charques foi uma importante atividade econômica (apesar de não ter sido como os outros grandes ciclos econômicos). Por isso, a região sul seguiu um bom tempo como um território vago e sem exploração efetiva, principalmente até o século XIX.

Na intenção de manter o território povoado e ocupado de forma efetiva e definitiva, existiram movimentos de facilitação do acesso às terras do sul do Brasil por povos europeus como italianos e alemães, países esses que passavam por processos políticos e econômicos de recessão, os pequenos produtores desses países faziam um êxodo rural para as cidades, mas as cidades já estavam cheias de outros migrantes, quem não tinha dinheiro suficiente para viver nessa recessão mas ainda tinha algum dinheiro para viajar para as Américas e ainda comprar alguns lotes de terra acabavam encontrando como saída tentar a vida em países como o Brasil, por exemplo.



Neve representando o clima pouco convidativo do Sul do Brasil em São Joaquim, Santa Catarina

Como o sul ficou fora dos principais processos de concentração de terras do período colonial e do período imperial, a região acabou por desenvolver uma menor concentração



de terras, dando prevalência para os minifúndios.

Já no século XX, entre as décadas de 40 e 60, as Ligas Camponesas foram criadas e se expandiram pelo território nacional em diversos Estados, estas ligas tinham como objetivo combater a concentração de terras e facilitar o acesso à terra, porém, não tinham uma organização coesa ou uma liderança principal capaz de organizar as numerosas ligas que existiam por todo o território.

Com o fim do governo de João Goulart e durante o governo militar, as ligas foram completamente desmanteladas e derrotadas, após isso se estabeleceu um longo período de apoio ao agronegócio focado na exportação e mecanização do processo agrícola.

O processo de mecanização do trabalho do campo desencadeou em um grande número de desempregados no campo sem garantias legais, na época já existia a lei trabalhista pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) mas ela só amparava os trabalhadores urbanos, a mudança do perfil do trabalho e produção do campo gerou uma insatisfação entre os trabalhadores rurais.

Com a pressão popular criou-se o Estatuto da Terra, que regula os direitos e as obrigações relacionados com os imóveis rurais para a realização da Reforma Agrária e a promoção da Política Agrária, onde se afirmou o direito assegurado ao acesso à propriedade da terra, condicionado pela função social.

A Função Social da Terra, de forma resumida, diz que a terra tem que servir com alguma utilidade para a sociedade, conforme trata o texto da lei do Estatuto de Terras. Por sua vez, o Estatuto da Terra afirma que quando o imóvel está servindo para desenvolver o bem-estar dos seus proprietários e das pessoas que nela trabalham, mantém um nível de produção satisfatório de produtividade, realiza a conservação dos recursos naturais e obedece às leis ele é mantido na posse de seu proprietário, porém quando isso não acontece este imóvel pode ser tomado pelo governo.

Introdução de conceitos e normativas:

- ▶ Imóvel rural: o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;
- ▶ Propriedade Familiar: o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;
- ▶ Módulo Rural: a área fixada nos termos do inciso anterior, em uma área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, ou seja, uma quantidade de área estabelecida de acordo com a microrregião (ou município) que estabelece para garantir a produção de um imóvel rural.

Com o Estatuto da Terra houve também a chegada de direitos trabalhistas ao produtor e trabalhador do campo, como salário-mínimo e 13º salário. O trabalho temporário passa a ser difundido como forma de driblar as obrigações trabalhistas, de forma que se mantém a precarização das condições e relações de trabalho no campo, criando a figura do bóia-fria, trabalhador sem muitas garantias trabalhistas e que muitas vezes precisam migrar pelo país para realizar trabalhos de colheitas sazonalmente.

Durante os anos 70, foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com a missão de realizar a reforma agrária, manter um cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Ainda na década de 70, se manteve muita repressão aos grupos e movimentos sociais de camponeses, nesse cenário surgiram novos movimentos de proteção dos cidadãos do campo, entre eles um organismo criado pela Igreja Católica, a Pastoral da Terra que atuava juntamente com os camponeses e trabalhadores rurais assalariados, preparando o terreno para o surgimento de diversos movimentos sociais pelo Brasil.

A Pastoral da Terra inspirou e propiciou o surgimento de um movimento realizado por trabalhadores do campo que buscavam uma reforma agrária que mudasse o perfil de concentração de terras no Brasil, esse movimento é conhecido como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fundado em 1984.



Bandeira do MST com produtos agrícolas

Na segunda metade da década de 80, o Brasil retomava aos preceitos da democracia e da retomada das eleições diretas em um futuro próximo, contudo criou-se um movimento conservador de resistência à qualquer sinal de reforma agrária, estamos falando da União Democrática Ruralista (UDR), que afirmava querer a preservação do direito de propriedade e manutenção da ordem às leis do país, funcionando como um grupo de pressão no Congresso Nacional para dificultar ou impedir o avanço das pautas e projetos de lei a favor da reforma agrária.

Apesar disso, em 1988 com a nova lei constituinte (Constituição Federal de 1988)



regulou-se que caberia sim a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

Até hoje os movimentos de reforma agrária ainda têm pouca força em comparação com os movimentos de conservação de terras em latifúndios, o resultado de um longo processo histórico que teve os seus principais movimentos de reforma agrária ao longo do século XX, por isso, o Brasil ainda mantém o seu perfil de nação com proporções continentais com muitas terras em mãos de poucos, e essas terras tendo uma produção pensada em monoculturas para a exportação.

**ANOTAÇÕES**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---